

**ESTUDOS AFRICANOS E O DESAFIO PÓS-COLONIAL<sup>1</sup>**

**Rita Abrahamsen<sup>2</sup>**

**Abstract:** Postcolonial theory is frequently dismissed as too theoretical and esoteric, and hence irrelevant to the study of contemporary African politics and society. This article challenges this dismissal of postcolonialism, and argues for a more constructive dialogue between African studies and postcolonial approaches. Recognizing that postcolonialism cannot be regarded as a uniform body of theory, or a school of thought in the conventional academic sense, the article focuses on certain key themes and problematizations of relevance to contemporary Africa. In particular, it elaborates on postcolonialism's conceptualization of power, and argues that the recognition of the relationship between power, discourse and political institutions and practices has much to contribute to the study of African politics. These insights are further investigated through a discussion of development, hybridity and resistance. The article concludes that both African studies and postcolonial approaches stand to benefit from a more constructive engagement.

**Key-words:** Postcolonial theory. Africa. African politics.

**Resumo:** Teoria pós-colonial é frequentemente descartado como também teórico e esotérico, e, portanto, irrelevante para o estudo da política africana contemporânea e da sociedade. Este artigo questiona esta demissão do pós-colonialismo, e defende um diálogo mais construtivo entre estudos africanos e abordagens pós-coloniais. Reconhecendo que o pós-colonialismo não pode ser considerado como um corpo uniforme da teoria, ou uma escola de pensamento no sentido acadêmico convencional, o artigo se concentra em determinados temas e problematizações de relevância para a África contemporânea. Em particular, ela discorre sobre a conceituação do pós-colonialismo de poder, e argumenta que o reconhecimento da relação entre instituições e práticas de poder, discurso e política tem muito a contribuir para o estudo da política africana. Esses insights são investigados através de uma discussão sobre o desenvolvimento, hibridismo e resistência. O artigo conclui que ambos os estudos africanos e abordagens pós-coloniais podem se beneficiar de um engajamento mais construtivo.

**Palavras-chave:** Teoria pós-colonial. África. Política africana.

“Quem tem medo do pós-colonialismo?”, pergunta Gyan Prakash em um texto bem conhecido<sup>3</sup>. Uma resposta irreverente, mas não totalmente injusta, seria “os estudos

---

<sup>1</sup> Título original: African studies and the postcolonial challenge. African Affairs Volume 102, Issue 407, 2003, pp. 189-210. Tradução do inglês para o português: Racquel Lima. E-mail: [racquel.lima@gmail.com](mailto:racquel.lima@gmail.com).

<sup>2</sup> Rita Abrahamsen é palestrante sobre as políticas pós-colonialistas da África, no Departamento de Políticas Internacionais, da Universidade de Walesm Aberystwyth. A autora é grata pelos comentários úteis dos dois revisores anônimos. O artigo foi também substancialmente beneficiado pela assistência construtiva e atenciosa de Michael C. Williams.

africanos”. Mais de vinte anos após a publicação de “Orientalismo”, de Edward Said, – livro este ao qual é frequentemente creditado o fato de ter criado o campo dos estudos pós-coloniais – algumas perspectivas ocupam uma posição marginal em explicações e investigações a respeito da sociedade e da política Africana. Contrariamente, as interpretações pós-coloniais sobre a Índia abundam<sup>4</sup>. Tecer uma abrangente quantidade dessa curiosa anomalia seria árduo, e este não é o objetivo deste escrito; todavia, duas principais linhas do criticismo sustentam a falta de ligação entre as teorias pós-coloniais e aqueles que estudam a África. Primeiramente, o pós-colonialismo é considerado como sendo muito teórico e muito preocupado com textualidade e com o discurso de apresentar algo que tenha significado para contribuir com o estudo do continente. O estudo das políticas africanas, particularmente em suas versões anglófonas, tem contribuído como sendo uma ampla disciplina empírica, destinada a assistir e facilitar o desenvolvimento econômico e político do continente. À medida que o tempo passou, e os frutos da independência falharam e se materializar, esse “desenvolvimento imperativo” se tornou um crescente senso de urgência, e desde a década de 1980, as percepções acerca da crise Africana têm chamado a atenção para o fato de que as bolsas de estudo deveriam se dedicar sobremaneira e primeiramente a resolução dessa crise<sup>5</sup>. Para este fim, o pós-colonialismo é consideravelmente ineficiente. Em segundo lugar, o pós-colonialismo é frequentemente percebido como um produto do Oriente, sendo relacionado ao capitalismo tardio e, assim, de relevância limitada para países em desenvolvimento. Ainda de forma mais precisa, é ainda compreendido como sendo politicamente passivo, e, finalmente, talvez até como politicamente conservador. E, para aqueles devotados a resolver a crise pós-colonialista da África, o pós-colonialismo termina tendo pouco para oferecer.

Esse resultado tem sido a marginalização do pós-colonialismo, e uma relutância para que haja um engajamento entre a sua crença central, sua epistemologia e sua metodologia. Atualmente, o pós-colonialismo parece existir, primariamente, como uma posição sem importância para o estudo da política e da sociedade Africana, sendo útil mais para as

---

<sup>3</sup> G. Prakash ‘Who’s Afraid of Postcoloniality?’, *Social Text* 14, 4 (1996), pp. 187-203.

<sup>4</sup> See for example P. Chatterjee *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse*, (Zed Books, London, 1986); R. Guha *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (Harvard University Press, Cambridge MA, 1997); G. Prakash ‘Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography’, *Comparative Studies in Society and History* 32, 2 (1990), pp. 383-408. I use ‘African studies’ in this essay to refer primarily to the study of contemporary African politics, development and international relations.

<sup>5</sup> C. Leys ‘Confronting the African Tragedy’, *New Left Review* 204 (1994), pp.33-47.

oportunidades que ele enfatiza para se definir como contra algo do que para os entendimentos que oferece. Este artigo busca aproximar este marco teórico de uma forma mais dialógica e construtiva. Não é meu objetivo defender nem o pós-colonialismo e nem qualquer tipo de asserção ou prerrogativa que foram feitas em seu nome, em parte porque eu acredito que não exista nenhuma teoria ou escola desunida, e em parte porque eu não acredito que todas essas afirmativas sejam necessariamente passíveis de defesa. Eu nem pretendo fazer uma ampla revisão concernente ao pós-colonialismo, e nem traçar uma espécie de “guia iniciante” ao mesmo<sup>6</sup>. De um rico marco teórico, eu foco em apenas poucos pontos centrais do pós-colonialismo, e objetivo, particularmente, esclarecer a concetualização de poder do mesmo. Eu argumento que a concetualização de poder do pós-colonialismo e o reconhecimento da relação entre poder, discurso e práticas e instituições políticas têm trazido uma nova luz sob as experiências coloniais e pós-coloniais; e que isso prove uma compreensão mais ampla a respeito de como as relações presentes e passadas de disparidade foram construídas e mantidas e de como são comumente encontradas nos estudos africanos.

O artigo busca, portanto, encorajar um engajamento mais ativo entre os estudantes das políticas africanas contemporâneas com a teoria pós-colonial, e tanta dar alguns exemplos de como os recursos teóricos e conceituais do pós-colonialismo podem expandir e enriquecer nossa compreensão a respeito do continente e do funcionamento do poder moderno. Todavia, enquanto isso representa apenas um apelo para que os estudos africanos sejam mais teoricamente informados e comprometidos, não é minha sugestão que isso seja um processo de mão única em que os estudos africanos sejam os únicos beneficiados de um campo de estudos intelectualmente superior. Contrariamente, para o pós-colonialismo, um encontro com uma disciplina mais empiricamente orientada possivelmente ajude a expandir os seus focos e campos de questionamento para além de uma preocupação com o passado e com representação; isso levaria para um direcionamento para uma análise crítica das instituições e práticas contemporâneas de poder.

---

<sup>6</sup> Boas introduções ao pós-colonialismo como campo de estudo incluem: A. Colonialismo/Pós-colonialismo (Lomba, Routledge, London, 1996); B. Teoria Pós-colonial: Contextos, Práticas e Políticas (Moore-Gilbert, Verso, London, 1997); C: Pós-Colonialismo: Uma Introdução Histórica (R. Young Basil Blackwell, Oxford, 2001).

## O pós-colonialismo e seus críticos

Assim como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo não é uma teoria convencional em nenhum sentido acadêmico tradicional da palavra, e não pode ser tratado como um corpo único de pensamentos. Ao invés disso, ele é múltiplo, diverso e evita qualquer generalização. Por esta razão, eu aproximo o pós-colonialismo não como uma teoria única, mas, como um conjunto de ideias e problematizações da maioria das áreas das teorias políticas e sociais contemporâneas de particular relevância para a África. Uma forma fácil de se entrar nesses debates é provida pelos críticos do pós-colonialismo – que são muitos. A intensidade – e, algumas vezes, até mesmo a crueldade – desses críticos tem duas fontes principais. Primeiramente, os críticos reagem à rejeição feita pelo pós-colonialismo às meta-narrativas e às categorias e posições políticas tradicionais, tais como raça e nação. Em segundo lugar, os críticos protestam contra a frequente linguagem teórica e o foco no texto e no discurso. Uma breve revisão das principais linhas de criticismo abrirá espaço para a subsequente exploração dos suportes teóricos e epistemológicos do pós-colonialismo.

Uma das mais comuns desarticulações do pós-colonialismo está no fato de este ser “teoria pura” e de não mostrar nenhum engajamento com “o mundo lá fora”. O pós-colonialismo é concebido como sendo muito teórico, dotado de uma linguagem impenetrável e esotérica. Semelhantemente Arif Dirlik acusa os escritores do pós-colonialismo de serem mistificadores e obscurecedores, enquanto Adebayo Williams os acusa de possuírem uma virtuosidade linguística sem objetivos<sup>7</sup>.

O pós-colonialismo é também compreendido como sendo quase que particularmente preocupado com palavras, textualidade e discurso; e também de ser desconectado do mundo político e econômico, ou de confundir o textual com o “mundo real”. Benita Parry, por exemplo, que os escritores pós-colonialistas tendem a considerar e listar o “social” e o “político” em representações textuais, enquanto que Alex Callinocos igualmente observa uma inclinação para reduzir os processos sociais em questões de semiótica<sup>8</sup>. Na melhor das

---

<sup>7</sup> B. Parry ‘Signs of Our Times: A Discussion of Homi Bhabha’s The Location of Culture’, *Third Text* 28/29 (1994), pp.12-13; A. Callinocos ‘Wonders Taken for Signs: Homi Bhabha’s Postcolonialism’, *Transformation* 1 (1995), p.111.

hipóteses, o pós-colonialismo, vagamente, talvez tenha algo interessante a dizer sobre as práticas culturais tais como as pinturas, esculturas, cinema, atlas e museus, mas apresenta pouca relevância para o sofrimento econômico e social do mundo em suas investigações. Muitos, tais como Russell Jacoby, então lamentam “a pouca quantidade de percepções ou conclusões políticas esses teóricos enfaticamente políticos oferecem” e colocam o pós-colonialismo como domínio do criticismo literário e estudos culturais, ou, o que é pior, para o deserto do descrédito<sup>9</sup>.

Uma segunda condenação comum ao pós-colonialismo está no fato de este ser classificado como apolítico e falho em se comprometer com o poder de forma satisfatória. O ponto inicial de tal crítica é, frequentemente, o “pós” no pós-colonialismo, o qual parece indicar uma periodização cronológica e uma progressão linear entre as fases do pré-colonialismo, colonialismo e finalmente o atual pós-colonialismo. Para muitos, e principalmente para aqueles que são esquerdistas na política, isso parece ser, na melhor das hipóteses, ingênuo; na pior das hipóteses, conivente com o poder imperialista Oriental. A situação da África contemporânea e da maioria das ex-colônias, de acordo com a posição padrão da política esquerdista, é uma continuada subordinação neo-colonialista e imperialista no sistema internacional, como expressada, por exemplo, na crise de débitos e na erosão de autoridades sugeridas pelos programas de ajustamento cultural<sup>10</sup>. De igual modo, esta relação seria melhor descrita como uma continuação do imperialismo e Ella Shoat mantém em seu ponto de crítica que o efeito chave do pós-colonialismo é manter acentuadamente sob controle os termos políticos tais como “geopolítica” e “imperialismo”<sup>11</sup>. A crítica de Dirlik’s segue linhas semelhantes, argumentando que ao negar posições fundamentais para o capitalismo, as abordagens pós-colonialistas negligenciam desequilíbrios internacionais de poder. Assim, o mundo do pós-colonialismo é considerado sem forma, e as diferenças do capitalismo global são mascaradas. A limitação ideológica do pós-colonialismo é, portanto, a de que a

---

<sup>9</sup> R. Jacoby ‘Marginal Returns: The Trouble with Post-Colonial Theory’, *Lingua Franca*, September/October (1995), p.36.

<sup>10</sup> Para maiores exemplos dessa mesma linha veja, por exemplo: K. Danaher (ed) *50 Years is Enough: The Case Against the World Bank and the International Monetary Fund* (South End, Boston MA, 1995); J.Hanlon *Peace without Profit. How the IMF Blocks Development in Mozambique* (James Currey, Oxford, 1996); B.Onimode(ed) *The IMF, the World Bank and African Debt. Volume 2* (Zed Books, London, 1989); D.N. Plank ‘Aid, Debt and the End of Sovereignty: Mozambique and its Donors’, *Journal of Modern African Studies*, 31, 3 (1993), pp.407-430.

<sup>11</sup> E. Shoat ‘Notes on the “Post-Colonial”’, *Social Text* 31/32 (1992), p.99

modernidade deste provê um álibi para a disparidade, exploração e opressão que aparenta em sua modernidade em relação ao capitalismo<sup>12</sup>. Em alguns casos, esta crítica vai ainda mais longe e o pós-colonialismo se torna uma ferramenta ativa de opressão. Williams, por exemplo, afirma que “o pós-colonialismo aparece como um forte aliado do capitalismo global ao invés de um profundo inimigo deste”, este é “um facilitador intelectual de uma nova forma de colonização”<sup>13</sup>.

O pós-colonialismo é frequentemente atacado por privilegiar a vivência colonial e depender de uma forte dicotomia entre os períodos colonial e pós-colonial. Ao iniciar sua investigação com o encontro colonial, os analistas pós-coloniais são concebidos como continuadores da atitude Eurocêntrica, pautada na ciência social tradicional; em que as “áreas emergentes” são apresentadas como “povo sem história”<sup>14</sup>. Os críticos afirmam que os escritores pós-colonialistas se arriscam ao reforçar que nada endossa o registro do que aconteceu antes da chegada dos exploradores, comerciantes, missionários e colonizadores europeus; e que nas interpretações pós-coloniais, as colônias se tornaram um espaço vazio, um vácuo que estava simplesmente esperando para ser preenchido pelos significados trazidos pelos europeus. Aijaz Ahmad se opõe a essa periodização da história porque esta “privilegia como primário e mais importante o papel do colonialismo” e sugere que “tudo o que veio antes do colonialismo se torna se torna a sua própria pré-história e seja lá o que vier depois só pode ser vivido como uma infinita consequência”<sup>15</sup>. A crítica de Terence Ranger segue linhas semelhantes, arguindo que o pós-colonialismo desenvolve um contraste essencial entre a África colonial e a África pós-colonial. Essa dicotomia colonial/pós-colonial é inapropriada, diz Ranger, já que “o colonialismo era muito menos coerente, simples e claro do que o dualismo sugere”. Ele conclui que a África colonial “era muito mais pós-colonial do que muitos de nós já havíamos imaginado”<sup>16</sup>. A confiança de tais desaprovações é consonante com a opinião de que o pós-colonialismo é inapto para captar as continuidades da história africana e que privilegia a chegada e as ações dos homens brancos em relação às culturas e práticas indígenas.

<sup>12</sup> Dirlik, ‘The Postcolonial Aura’, p. 347

<sup>13</sup> Williams, ‘The Postcolonial Flaneur’, p.834

<sup>14</sup> The phrase comes not from a critique of postcolonialism, but from Eric Wolf’s excellent study *Europe and the People without History* (University of California Press, Berkley, 1982)

<sup>15</sup> A. Ahmad ‘The Politics of Literary Postcoloniality’, *Race and Class*, 36, 3 (1995), p.6-7

<sup>16</sup> T. Ranger ‘Postscript: Colonial and Postcolonial Identities’, in R. Werbner and T. Ranger (eds) *Postcolonial Identities in Africa* (Zed Books, London, 1996), p.273,280

Um último elemento do criticismo assegura que o pós-colonialismo é uma variante ou uma derivação do pós-modernismo e, por isso, de pouca relevância para a África. Essa crítica vem em muitos diferentes disfarces e também reforça algumas das objeções acima. O pós-modernismo é percebido como Ocidental, relativista e apolítico e essas características têm, de igual modo, dominado o pós-colonialismo. Patrick Chabal, por exemplo, argumenta que o pós-moderno é, particularmente, uma condição ocidental e enquanto as bolsas de estudos pós-modernas talvez capturem alguns aspectos dessa formação social, não haverá nenhum enfrentamento com relação a vida no continente africano. Para Chabal, a África é melhor compreendida como pré-moderna e ele insiste que o continente está atualmente passando por um processo de re-traditionalização<sup>17</sup>. Igualmente, o pós-modernismo não encontra nenhuma aplicação e não produz nenhum conhecimento em relação à condição africana. Dennis Epko observa, por meio de um forte desligamento em linhas de pensamento semelhantes, que “nada para um africano de ver a celebrada condição pós-moderna...” nada a não ser a hipócrita autocomiseração das superalimentadas e pobres crianças do hiper-capitalismo. Então, o que tem a ver a faminta África com a repulsão pós-materialista... aos entediados e superalimentados?”<sup>18</sup>.

Assim, neste ponto de vista, o pós-colonialismo é a reflexo do Ocidente, ou das sociedades pós-modernas, ao invés de se mostrar como uma reação às realidades “externas” da África ou de qualquer outro lugar. É, em outras palavras, narcisista. A condição pós-moderna de fragmentação e de identidades esparsas é considerada como originadora do pós-colonialismo, o qual é concebido como uma tentativa de poucos privilegiados poderem teorizar e enfrentar a sua própria condição de intelectuais do terceiro mundo dentro da academia ocidental. Portanto, Dirlik data o início do pós-colonial como sendo a chegada do Terceiro Mundo Intelectual na academia do Primeiro Mundo, assegurando que “a pós-colonialidade é a condição da elite intelectual da sociedade do capitalismo global”<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> P. Chabal ‘The African Crisis: Context and Interpretation’, in R. Werbner and T. Ranger (eds) *Postcolonial Identities in Africa*, p.32-33, 42-43

<sup>18</sup> D. Epko 1995 ‘Towards a Post-Africanism’, *Textual Practice* 9(1), cited in *Loomba Colonialism/Postcolonialism* p. 248

<sup>19</sup> Dirlik ‘The Postcolonial Aura’. p. 356. K.A. Appiah makes a similar point, regarding postcoloniality as the condition of a ‘comprador intelligentsia’. Appiah, ‘Is the “Post-” in Postcolonial the “Post-” in Postmodern?’ in A. McClintock, A. Mufti and E. Shoat (eds) *Dangerous Liaisons. Gender, Nation & Postcolonial Perspectives* (Minnesota University Press, Minneapolis, 1997), p. 432.

Em uma nota semelhante, Chabal contrapõe que uma virada em direção ao pós-colonial reflete mais uma necessidade do Ocidente de lidar com o seu passado colonial e o seu presente multicultural e multirracial do que uma tentativa sincera de compreender a África contemporânea. O pós-colonialismo, então, é mais reprovado pelo fato de serem considerados “mais preocupados consigo mesmos [intelectuais do Ocidente] do que com aqueles que moram nas atuais sociedades pós-coloniais”<sup>20</sup>. E além do mais, as implicações políticas do pós-colonialismo – como o pós-modernismo – são percebidas como niilistas e extremamente conservadoras<sup>21</sup>. Através de suas críticas de categorias unitárias, tais como classe, gênero e nação, o pós-colonialismo parece abolir a possibilidade de uma política de emancipação, tornando a resistência um ato puramente interno e individual. O Pós-colonialismo, ao que parece, pertence aos viajantes do terceiro mundo e aos frívolos intelectuais do ocidente, e não àqueles com uma real preocupação com a política, a pobreza e a injustiça.

### **O pós no pós-colonialismo**

Indubitavelmente existem compreensões valiosas nas críticas acima, e não é minha intenção aqui sugerir que o pós-colonialismo está acima de qualquer crítica. Assim como a maioria dos campos de estudo, há boas e más bolsas de estudo, e isso é certamente a razão pela qual alguns escritos pós-coloniais são linguística e teoricamente obscuros e ambíguos, densamente autorreferentes e reflexivos, e focados na interpretação textual ao invés de o ser em uma exploração empírica. Mas, enquanto isso é verdade para alguns trabalhos publicados dentro dessas características, não é aplicável a toda literatura; e também não quer dizer que as compreensões teóricas do pós-colonialismo não podem ser aplicadas em cenários mais concretos ou em uma análise relevante de política. De igual modo, também não é correto, em meu ponto de vista, representar o pós-colonialismo como apolítico ou como preocupado apenas com “somente palavras” Esta crítica nasce de uma representação errônea da concepção de poder e discurso empregados dentro do pós-colonialismo, e previne o julgamento de um

---

<sup>20</sup> Chabal ‘The African Crisis’, p.37

<sup>21</sup> R. O’Hanlon and D. Washbrook ‘After Orientalism: Culture, Criticism, and Politics in the Third World’, *Comparative Studies in Society and History*, 34 (1992), pp.141-167. See also G. Prakash’s reply ‘Can the “Subaltern” Ride?’ in the same volume.

dos seus mais cruciais pontos, especificamente a relação entre poder, discurso e instituições e práticas políticas. Para que se esclareçam as questões em jogo nesta concepção de poder, é útil começar com uma investigação do termo pós-colonialismo.

Muita tinta já fora gasta ao se debater exatamente o que o pós-colonial significa e quando este começa, e muitas das suas críticas olharam atentamente para além de toda a confusão e ambiguidades do termo e a visão de história empregada por este. Enquanto o “pós” no pós-colonialismo significa o fim do colonialismo e do imperialismo como dominação direta, não implica o imperialismo posterior como um sistema global de poder hegemônico<sup>22</sup>. Assim, Gayatri Chakravorty Spivak sustenta que “nós vivemos num mundo pós-colonial e neo-colonizado”, enquanto Homi Bhabha remete o pós-colonialismo como um “valioso lembrete das persistentes relações ‘pós-coloniais’ dentro da nova ordem mundial e da divisão multinacional de trabalho”<sup>23</sup>. Em suma, o pós-colonialismo, de forma geral, é convencionalmente definido de controle e estabelecimento das terras e bens das outras pessoas, mas muitas das suas estruturas e relações de poder ainda estão no lugar. O “pós” no pós-colonialismo não é, então, para ser compreendido como um claro divisor temporal, mas como um indicador de continuidade. Pós-colonialismo, nas palavras de Gyan Prakash, “escapa das linguagens de começos e finais”<sup>24</sup>. Este busca as continuidades e complexidades de qualquer período histórico, e tenta transcender pensamentos dicotômicos e estritamente cronológicos, em que história é claramente delineada e o mundo social precisamente categorizado em caixas separadas.

A experiência colonial é, todavia, considerada como essencial para a compreensão da política contemporânea. Na década de trinta, colônias e ex-colônias cobriam 84,6% das terras no globo, e o colonialismo formou um encontro chave transformador para colonizados e colonizadores<sup>25</sup>. O poder colonial não somente mudou as formas de impor e manter as regras sobre os colonizados, mas também mudou a terra em que os africanos estavam para que eles não pudessem responder à dominação<sup>26</sup>. O alcance global do poder imperialista ocidental

---

<sup>22</sup> Young Postcolonialism, p.57

<sup>23</sup> G. C. Spivak ‘The Political Economy of Women as seen by a Literary Critic’, in E. Weed (ed) *Coming to Terms*, (Routledge, London, 1990), p.166. H.K. Bhabha *The Location of Culture* (Routledge, London, 1994), p.6.

<sup>24</sup> Prakash ‘Who’s Afraid of Postcoloniality?’, p. 188

<sup>25</sup> *Loomba Colonialism/Postcolonialism*, p.xiii

<sup>26</sup> See D. Scott ‘Colonial Governmentality’, *Social Text* 43 (1995), pp.191-200.

também trouxe novas pessoas e novos lugares para a economia capitalista mundial, e obrigou-os a permanecer dentro desse sistema econômico, até mesmo após a formal independência deles. O encontro colonial é, portanto, visto como um marcador de uma fundamental reorganização do mundo, e muitos escritores pós-coloniais afirmam que um retorno às origens – a cultura pré-colonial pura – é impossível, e eles têm alertado contra tal “nostalgia da origem perdida”<sup>27</sup>. No entanto, significativamente, isso não significa que o pré-colonial terminou de forma abrupta, antes o presente é ilustrado como uma complexa mistura e continuação de diferentes culturas e temporalidades.

As conexões entre o passado e o presente, assim como as interconexões, ao invés de separações, do colonial e do pós-colonial e o norte e o sul, então, emergem como o foco principal das investigações pós-coloniais. Ao invés de apontar para períodos e espaços geográficos e temporais, o pós-colonialismo chama a atenção para a continuidade, flexibilidade e interconexão, ou àquilo que Robert Young se refere como “uma cobertura dispersa, econômica, política e cultural do norte e do sul”<sup>28</sup>. A relação constitutiva do norte e do sul – a forma através da qual os dois procedem e reforçam a identidade de cada um tanto no passado colonial quanto num presente pós-colonial – são as principais compreensões e preocupações do pensamento pós-colonial<sup>29</sup>. Assim, o significado de “África” e “Africanos” não pode ser assimilado como imutável e sem essência. No mesmo caminho, uma compreensão do ocidente só pode emergir de um reconhecimento da sua relação com o “outro”. Durante o colonialismo, por exemplo, as definições de “civilização” terminaram indo parar nas deficiências da “barbárie”, com a descrição de africanos “selvagens”, reforçando o caráter “civilizado” dos Europeus e legitimando a natureza autoritária das regras do colonizador. Esta relação constitutiva continua nos dias de hoje, e Achille Mbembe tem observado que “a África continua sendo uma das metáforas através da qual o Ocidente representa as origens das suas próprias normas, desenvolve uma autoimagem e integra essa

---

<sup>27</sup> G.C. Spivak 'Can the Subaltern Speak?' in C. Nelson and L. Grossberg (eds) *Marxism and Interpretation of Culture* (Macmillan, Basingstoke, 1988), pp.271-313; see also K. A. Appiah 'Out of Africa, Topologies of Nativism', in D. LaCapra (ed) *The Bounds of Race, Perspectives on Hegemony and Resistance*, (Cornell University Press, Ithaca, 1991), pp. 134-163.

<sup>28</sup> Young *Postcolonialism*, p. 8

<sup>29</sup> Chabal hence misstates a crucial point when he argues that the postcolonial is 'more a concern about ourselves than about those who live in actual postcolonial societies'. Chabal, 'The African Crisis', p. 37.

imagem ao conjunto de significantes que remetem àquilo que deveria ser a sua própria identidade”<sup>30</sup>.

## **Poder e pós-colonialidade**

A ênfase na mutabilidade, interconexões e relações constitutivas que caracterizam as bolsas de estudos pós-coloniais não é meramente indicativa de uma frágil paixão pela “virtuosidade linguística” ou “reflexividade”, e também não significa uma falta de preocupação com o poder ou com a política. Ao contrário, origina-se de um profundo comprometimento com a função do poder na formação da identidade e da subjetividade e também na relação entre conhecimento e práticas políticas. Essa larga interrogação do poder é uma das poucas semelhanças que torna possível falar de pós-colonialismo (no singular), e é aqui que vamos mais claramente as relações do pós-colonialismo e o endividamento dos pensadores pós-estruturalistas e pós-modernistas. Isto não quer dizer, entretanto, que exista uma abordagem pós-colonial, ou que o pós-colonialismo é redutível ao pós-modernismo ou pós-estruturalismo. Esse dois pontos merecem uma breve elaboração antes de se discorrer sobre os questionamentos referentes a pós-colonialidade e poder.

O perigo herdado de tentar discutir qualquer marco teórico ou literatura reside em construir uma má interpretação uniforme devido a uma grande quantidade de vozes que versam sobre o mesmo tópico. O pós-colonialismo é, precisamente, um modo diversificado de análise, em que os escritores delineiam as suas próprias inspirações e recursos conceituais, orientados por uma vasta gama de tradições e pensadores filosóficos e políticos. Minha sugestão que a análise pós-colonial compartilhe uma conceptualização similar mais ampla não pretende apagar e nem “domesticar” essas diferenças, mas, ao invés disso, busca prover um ponto inicial a partir do qual eles possam entender os seus vários modos e tópicos de questionamento. Igualmente, apontar as similaridades entre as perspectivas do pós-modernismo e o pós-estruturalismo não é implicar que o pós-colonialismo é meramente uma derivação ou uma aplicação continuada das posições teóricas das situações e relações pós-

---

<sup>30</sup> A. Mbembe *On the Postcolony* (University of California Press, Berkeley, 2001), p.2; see also V.Y. Mudimbe *The Invention of Africa* (Indiana University Press, Bloomington, 1988).

coloniais. Muitos autores têm argumentando que o pós-colonialismo deve ser distinguido do pós-modernismo, primariamente devido ao seu compromisso político explícito para com os marginalizados<sup>31</sup>. Enquanto essa visão talvez envolva um desligamento muito uniforme de todas as abordagens pós-modernistas, uma vez que essas são consideradas como relativistas e destituídas de um engajamento político ou ético, isto aponta para a importante tentativa do pós-colonialismo de recuperar a posição do sujeito de “subalterno”. Dito isto, o debate sobre a suposta identidade ocidental do pós-colonialismo parece, algumas vezes, obcecada com classificação e categorização de uma forma que vai de encontro com a atenção dada pelo pós-colonialismo à interconexão. Enquanto pensadores como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan marcam as posições mais altas dentro do pós-colonialismo, assim também o fazem escritores não-ocidentais; tais como Franz Fanon, Albert Memmi and Mahatma Gandhi. Ao mesmo tempo, a origem ocidental do pós-estruturalismo é ambivalente. Robert Young, por exemplo, que se o pós-estruturalismo é o produto de um único momento histórico, então este momento não é Maio de 1968, mas, a Guerra de Independência da Algéria, com figuras chaves como Sartre, Derrida, Lyotard e Cixous; todos eles tendo fortes ligações com a Algéria<sup>32</sup>.

Apresentar a questão da identidade ocidental do pós-colonialismo, ou a sua origem pós-modernista/pós-estruturalista, é, em minha opinião, perseguir a linha errada de questionamento, uma vez que a força deste se origina precisamente de um caráter híbrido, de sua eclética mistura de teorias e posições.

Uma das percepções que o pós-colonialismo tomou emprestado das perspectivas do pós-estruturalismo e do pós-modernismo – e desenvolveu – é a visão do poder como produtor de identidades e de subjetividades. Um ponto inicial instrutivo para a compreensão dessa concepção de poder é dada pelo trabalho de Michel Foucault<sup>33</sup>. Emerge do pensamento de Foucault uma “nova arquitetura conceitual de poder” que objetiva deslocar a identificação convencional de poder com dominação<sup>34</sup>. O poder não é percebido como apenas repressivo, e

---

<sup>31</sup> Appiah, 'Is the "Post-" in Postcolonialism'; A.J. Paolini Navigating Modernity. Postcolonialism, Identity and International Relations (Lynne Rienner, Boulder, 1999). I'm mindful of the risk of treating poststructuralism and postmodernism as one and the same, but a discussion of 'disciplinary boundaries' is of minor relevance to this analysis.

<sup>32</sup> Said, Culture and Imperialism, p.277

<sup>33</sup> Williams, 'The Postcolonial Flaneur', p. 827

<sup>34</sup> M. Dean Governmentality. Power and Rule in Modern Society (Sage, London, 1999), p. 46

também não é entendido em termos puramente materiais ou institucionais. Ao invés disso, o poder é visto como produtivo e criador de sujeitos. É também intimamente ligado ao conhecimento, não no sentido puramente instrumental que o conhecimento está sempre à serviço dos poderosos; mas, em termos de produção de verdade e racionalidade. Para Foucault, a possibilidade de uma ciência positivista e objetiva é um mito, e a problematização do aspecto particular da vida humana não é natural ou inevitável, mas, é historicamente contingente e dependente de relações de poder as quais já tenham aprovado e disponibilizado em um tópico particular, um objeto legítimo de investigação. As ciências, deste modo, não descrevem meramente o mundo como elas o concebem; mas, ao invés disso, o constroem e criam uma forma para que este seja compreendido e percebido. Qualquer objeto de investigação científica é, simultaneamente, o seu efeito; e não podem existir objetos de conhecimento na ausência de métodos que os produza. Em resumo, a verdade não pode ser encontrada efetivamente, mas é o efeito do discurso.

É importante notar que a concepção de Foucault de discurso não é simplesmente uma substituta da “superestrutura ideológica” das interpretações marxistas tradicionais. Discursos, no sentido foucaultiano, são “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais elas falam”, práticas que têm efeito material<sup>35</sup>. As análises informadas por essas interpretações não podem aceitar como válidas quaisquer categorização particular no mundo. Ao invés disso, eles buscam estabelecer como determinadas formas de compreensão e interpretação do mundo se tornaram dominantes e adquiriram a posição de moldar a forma através da qual um aspecto particular da realidade social é imaginado e atuado.

A centralidade de “como” questões também levam a um foco de como os seres humanos são moldados pelo poder, ou por diferentes técnicas e práticas de governo, como vários tipos de agentes com particulares capacidades e liberdades. A noção de Foucault de governamentalidade caracteriza o poder moderno como “o conduto do conduto”, e chama a atenção para as formas através das quais as multiplicidades de autoridades e de trabalhos buscam moldar nosso comportamento ao trabalhar em nossos desejos, aspirações e interesses<sup>36</sup>. Particularmente, o poder na idade moderna tem trabalhado através daquilo que conhecemos como “o social”, ou a construção de um espaço de livre troca social e através da

---

<sup>35</sup> M. Foucault *The Archeology of Knowledge* (Tavistock, London, 1972), p. 49

<sup>36</sup> M. Foucault ‘Governmentality’

construção de uma subjetividade normativamente vivenciada como a fonte do livre arbítrio e do trabalho racional<sup>37</sup>. Isso requer uma reelaboração acerca do que se pensa sobre o conceito de poder, o qual não é mais exclusivamente centrado no Estado, ou na capital; mas, trabalha por meio de micro estratégias e práticas tanto num nível nacional quanto em internacionais.

Muitas das bolsas de estudo pós-coloniais estão cientes, de uma forma ou de outra, dessa reelaboração do conceito de poder e do conceito de discurso, e o nexó entre poder e conhecimento tem encontrado particular ressonância nas análises das relações coloniais e pós-coloniais. O Orientalismo de Edward Said que, de forma incerta, é tido como o locus clássico do pós-colonialismo foi inspirado em grande parte por uma compreensão foucaultiana de poder/conhecimento. Argumentando que não existe “tal coisa como a presença física ou pessoal, existe somente a re-presença ou a representação”. A discordância central de Said era que o Orientalismo era “uma disciplina sistemática através da qual a cultura Europeia estava apta a gerenciar – e até mesmo a produzir – o Oriente política, social, militar, ideológica, científica e até imaginativamente durante o período do Pós-Iluminismo”<sup>38</sup>.

No caso do Oriente, o conhecimento e o poder passaram de mão em mão, e não havia nenhuma posição acadêmica inocente. Isso para não dizer que o conhecimento fora produzido com antecedência como instrumento para justificar o colonialismo, apesar de apresentar em seu discurso a idéia de que poder e conhecimento andam juntos<sup>39</sup>. Said deu uma persuasiva demonstração de como o Ocidente tem feito para estabelecer um autoritário e dominante conhecimento sobre o Oriente e seus povos, e argumentou que o estudo sobre o Oriente foi, finalmente, uma visão política cuja estrutura promoveu uma dupla oposição entre os conhecidos (o Ocidente – nós) e os estranhos (o Oriente – eles). O Oriente, em outras

---

<sup>37</sup> On ‘the social’, see J. Donzelot *The Policing of Families* (Pantheon, New York, 1979); J. Danzelot ‘The Promotion of the Social’, *Economy and Society*, 17, 3 (1988), pp.395-427.

<sup>38</sup> E. Said *Orientalism* (Penguin, London, 1979), p.21, p. 3. V.Y. Mudimbe’s study *The Invention of Africa* (James Currey, London, 1988) makes a similar observation, in that he identifies complimentary genres of ‘speeches’ that contributed to the invention of a primitive Africa: the exotic texts on savages, represented by travellers’ reports; the philosophical interpretations about a hierarchy of civilizations; and the anthropological searches for primitiveness (p. 69). The signifier ‘Africa’ is, in other words, constructed by the West. Mudimbe uses this observation to reflect upon the possibility for an African knowledge, or the decolonisation of academic knowledge on Africa.

<sup>39</sup> It should be mentioned that Said at times comes very close to describing Orientalism as a misrepresentation or an ideological construct, and as such his interpretation differs from Foucault’s more material approach to discourses. Said derives his theoretical framework from both Foucault and the writings of Antonio Gramsci, a combination which has led to charges that Orientalism is theoretically inconsistent. The barrage of criticisms and responses to Orientalism is testimony to the importance of Said’s text. For an excellent review of the debates see Young, *Postcolonialism*.

palavras, é revelado como central para a identidade e auto-compreensão da Europa, e isso, em retorno, tem consequências. A significância primária do estudo de Said, seja, todavia, talvez seja chamar a atenção para a intimidade entre o poder e o conhecimento, ele deu o primeiro passo em desafiar as narrativas hegemônicas do Ocidente, um processo que tem sido referenciado como “a resposta do Império” em uma tentativa de desestabilizar os discursos que constroem o “outro”<sup>40</sup>.

O Orientalismo se foca, primariamente, em redigir textos concernentes a viagens e textos literários, e esse foco tem continuado em muitos estudos subsequentes do discurso colonial inspirado por Said<sup>41</sup>. Dada a origem do pós-colonialismo e sua continuada localização dentro do departamento de literatura e estudos culturais, não existe surpresa. Mas, se reflexos no Caliban – de Shakespeare – ou no Marlow – de Conrad – eram tudo o que as análises coloniais tinham a oferecer, os críticos estariam talvez justificados em dispensá-los por crer que eram politicamente limitados. Um foco no discurso, porém, não dita uma intenção puramente textual ou literária. A concepção Foucaultiana de discurso destaca a materialidade da língua e referencia o discurso como uma prática, tal como qualquer outra. Uma das preocupações-chaves de Foucault foi identificar as condições institucionais e materiais das possibilidades de discurso, e os efeitos e práticas materiais que este poderia produzir.

Muitos estudos têm feito uso dessa abordagem do discurso para buscar clarear as práticas do poder colonial e, assim, tornar a análise do discurso colonial mais do que apenas “outra forma de criticismo literário”<sup>42</sup>. Tais estudos chamam a atenção para o “mundanismo” dos discursos e faz a conexão entre discursos e práticas políticas particulares e experiências sociais. Ao destacar os aspectos disciplinares, Megan Vaughan – enquanto crítica de certos aspectos do pensamento de Foucault – mostra como a Medicina, na África colonial, construiu “o africano” de formas tão particulares que estavam intrínsecas a operação e a manutenção do

---

<sup>40</sup> E. Said *Culture and Imperialism* (Vintage, London, 1993); B. Ashcroft, G. Griffiths, and H. Tiffin *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (Routledge, London, 1989);

<sup>41</sup> Veja, por exemplo: Ashcroft, Griffiths and Tiffin *The Empire Writes Back*; P. Hulme *Colonial Encounters. Europe and the Native Caribbean 1492-1797*, (Methuen, London, 1986).

<sup>42</sup> Young, *Postcolonialism*, p. 394

poder colonial<sup>43</sup>. Roxanne Lynn Doty demonstra a relação entre práticas representativas e as políticas atuais no Quênia Colonial, e mostra como várias práticas disciplinares configuram um exemplo “recrutar nativos para trabalhar” e de que maneira isso construiu tipos particulares de identidades para a população colonial<sup>44</sup>. De forma semelhante, em uma ampla investigação da ciência sócio-médica desde a época do Renascimento até a década de 90, Alexander Butchart demonstra como o corpo africano tem sido criado e transformado como um objeto de conhecimento, e como essas mudanças construtivas têm reduzido os africanos à análise e à dominação<sup>45</sup>. A medicina voltada para a mineração, por exemplo, ajudou a fabricar os africanos que trabalham nas minas como visíveis objetos que possuem atributos distintos que provocam estratégias particulares na forma como lidam com a saúde e com a doença.

Tais estudos ilustram como o poder colonial existiu não somente no Estado, ou na Capital, mas operou por meio de micro-tecnologias em locais específicos para constituir e condicionar as mentes e corpos dos colonizados. Poder, em outras palavras, não é somente repressivo, mas também é produtor de subjetividades e identidades. Essa forma de análise de discurso igualmente demonstra como processos políticos, econômicos e intelectuais trabalharam juntos na formação e manutenção do poder colonial, e de que forma ideias e instituições, conhecimento e poder não podem ser entendidos separadamente.

## **O poder e a crítica do desenvolvimento**

Essa re-concetualização de poder tem ajudado a não só expandir nossa compreensão das relações coloniais, mas tem também gerado críticas poderosas das atuais estruturas políticas, instituições e práticas de poder. Este é particularmente o caso do campo do desenvolvimento, e um importante trabalho nesse contexto é o Encontro de Desenvolvimento de Arturo Escobar: “O Fazer o e Desfazer do Terceiro Mundo”<sup>46</sup>. Aplicando a concepção

---

<sup>43</sup> M. Vaughan *Curing Their Ills. Colonial Power and African Illness* (Stanford University Press, Stanford, 1991). A similar analysis of colonial India is provided by D. Arnold *Colonizing the Body: State Medicine and Epidemic Disease in Nineteenth-Century India* (University of California Press, Berkeley, 1993).

<sup>44</sup> R.L. Doty *Imperial Encounters* (Minnesota University Press, Minneapolis, 1996).

<sup>45</sup> A. Butchart *The Anatomy of Power. European Constructions of the Africa Body* (Zed Books, London, 1998)

<sup>46</sup> A. Escobar *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World* (Princeton University Press, Princeton, 1995). For related critiques of development see J. Crush (ed) *Power of Development*

Foucaultiana de conexão entre poder/conhecimento e a política de representação, Escobar mostra como o desenvolvimento e o seu oposto subdesenvolvimento não são categorias pré-determinadas ou auto-evidentes. Ao invés disso, mostram-se como construções discursivas, formas particulares de ver o mundo e atuar nele que refletem não somente as condições que eles descrevem, mas também todos os grupos de forças políticas, econômicas e sociais no momento de sua ascensão. Isso não envolve uma negação da condição material de pobreza ou das disparidades entre rico e pobre, mas, ao invés disso, mostra-se como um desafio para a concetualização e práticas políticas que eles tornam possíveis.

Com a problematização do “subdesenvolvimento” – que é diretamente ligada ao discurso inaugural do Presidente Truman, em 1949 – a ordem social fora sistematizada em novas categorias, tais como subdesenvolvido, malnutrido, iletrado, etc. Isso estabeleceu os países do Terceiro Mundo como objetos de intervenção, e normalizou o direito do Norte de intervir e controlar, adaptar e remodelar as estruturas, práticas e modos de vida do Sul. O discurso do desenvolvimento, então, ajuda a legitimar intervenções no Terceiro Mundo objetivando remodelá-lo de acordo com as normas de progresso, eficiência e crescimento do Ocidente, e sempre que um problema de subdesenvolvimento é identificado, novas práticas de intervenção são feitas para retificar a deficiência. Nestes caminhos, o desenvolvimento pode ser considerado como análogo ao reinado “do social” em políticas nacionais, contanto que suas intervenções em países desenvolvidos se tornem conhecidas, categorizadas, incorporadas em estatísticas, modelos e gráficos, o que torna legítima a prática e facilita o a ascensão do sujeito desenvolvido e disciplinado.

Os aspectos disciplinares do desenvolvimento podem ser ilustrados por meio da inesperada inscrição da democracia como uma condição necessária para uma assistência ao desenvolvimento no começo da década de 90<sup>47</sup>. O então chamado “programa de boa governança” – liderado pelo Banco Mundial e adotado pela maioria dos doadores bilaterais – fora previamente mostrado ao mesmo tempo de sua emergência como quebra radical com a tradição de desenvolvimento, que estava contaminada pela frequente ajuda vinda dos estados

---

(Routledge, London, 1995); J. Ferguson *The Anti-Politics Machine* (Minnesota University Press, Minneapolis, 1994); A. Gupta *Postcolonial Developments. Agriculture in the Making of Modern India* (Duke University Press, Durham, 1998); D. Slater and M. Bell ‘Aid and the Geopolitics of the Post-Colonial: Critical Reflection on New Labour’s Overseas Development Strategy’, *Development and Change*, 3,2 (2002), pp.335-360.

<sup>47</sup> Para uma análise mais detalhada, veja: R. Abrahamsen *Disciplining Democracy. Development Discourse and Good Governance in Africa* (Zed Books, London, 2000).

fortes ou autoritários, ambos devido a uma lógica persuasiva da Guerra Fria e uma convicção de que a democracia fora feita para sociedades industrializadas. A explicação convencional da mudança do discurso do desenvolvimento foi igualmente dupla. Por um lado, o Ocidente estava “finalmente livre” da percebida necessidade de manter-se atado aos excessos nacionais dos aliados africanos na Guerra Fria<sup>48</sup>. Por outro lado, o programa da boa governança foi visto como um resultado de uma curva de aprendizado dentro de um pensamento de desenvolvimento. Nas palavras do Banco Mundial, “a história sugere que a legitimação política e o consenso são pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável”<sup>49</sup>. Em uma inspeção mais apurada, contudo, o programa de boa governança não aparenta ser uma quebra tão radical com o passado, uma vez que reproduz as hierarquias de teorias de desenvolvimento anteriores, por meio da qual o Terceiro Mundo ainda está para ser reformado e entregue – reforma esta que será feita pelo Ocidente desde a fase subdesenvolvida. Através dessas práticas representacionais, países industrializados retêm o alto padrão moral, o direito de administrar o desenvolvimento do sul.

A forma através da qual a democracia é construída dentro do discurso da boa governança tem efeito disciplinador. A democracia é construída como intimamente ligada a políticas econômicas liberais, e dessa forma concepções alternativas de democracia são marginalizadas e silenciadas. O programa de boa governança também serve para proteger o Ocidente de uma análise democrática. Os países ricos são automaticamente vistos como democráticos e aptos para democratizar a África, como parte de um maior esforço de desenvolvimento. Ademais, o programa de boa governança constrói a democracia como relevante somente dentro de países e não dentro de instituições e relações internacionais. As relações nacionais devem ser democratizadas, mas as relações internacionais são deixadas intocadas e protegidas do alcance do discurso da boa governança. Neste sentido, o programa da boa governança reescreve e reinventa o direito de países orientais para interferir na África, na era pós-Comunista.

---

<sup>48</sup> J. A. Wiseman ‘Introduction: The Movement towards Democracy. Global, Continental, and State perspectives’, in J.A. Wiseman (ed) *Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa* (Routledge, London, 1995), p. 3; M. Clough *Free at Last? US Policy toward Africa and the End of the Cold War* (Council of Foreign relations Press, New York, 1992), p.2

<sup>49</sup> World Bank *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth* (World bank, Washington DC, 1989), p. 60.

O discurso do desenvolvimento pode como parte de um domínio global do continente africano, e uma das formas através da qual as estruturas internacionais e as relações de poder são mantidas e reproduzidas. Apesar de todas as proclamações em prol da democracia, as políticas de desenvolvimento contemporâneas ajudam a manter a ordem mundial, que é essencialmente não democrática. Neste contexto, o conceito de disciplina não é redutível a “ideologia” ou a economia, mas à união destes e tem a sua força derivada precisamente dessa junção. A disciplina do programa de boa governança trabalha materialmente para produzir processos e formas de subjugação política que ajudam a manter a hegemonia Ocidental.

Por meio dessas intervenções, o desenvolvimento também produz novas identidades, novas subjetividades e novas formas de ver o mundo e agir nele tanto no nível individual quanto na esfera estadual. O estudo brilhante de Akhil Gupta da vida rural na Índia mostra como o subdesenvolvimento tem se tornado uma forma de identidade em partes do mundo pós-colonial. De acordo com Gupta, quem as pessoas pensam que são, como elas vivem e como elas acham que podem mudar suas vidas têm sido profundamente moldadas pelas instituições, ideologias e práticas do desenvolvimento<sup>50</sup>. O subdesenvolvimento, em outras palavras, não é meramente uma localização estrutural na economia global, é também uma identidade, “algo que transmite pra pessoa a idéia de quem ela é”. De igual modo, a etnografia de uma campanha de um planejamento familiar no Egito, feito por Kamran Ali – que envolveu a Agência Americana de Desenvolvimento Internacional e outras ONGs internacionalmente financiadas – sugere que um dos potenciais resultados do projeto é a produção de uma nova espécie de sujeito moderno, que seria separado; seria um “novo”, mas ainda um cidadão “egípcio”<sup>51</sup>. Esses estudos mais uma vez chamam a atenção para a interconexão do mundo – o “norte cobrindo o sul” – e mostra como o poder do desenvolvimento não pode ser meramente compreendido em termos repressivos ou econômicos, mas também é preciso levar em consideração a forma através da qual este produz sujeitos e identidades.

---

<sup>50</sup> Gupta, *Postcolonial Developments*, p.ix.

<sup>51</sup> K.A. Ali ‘The Politics of Family Planning in Egypt’, *Anthropology Today* 12 (1996); K.A. Ali ‘Making “Responsible” Men: Planning the Family in Egypt’, in C. Bledsoe, S. Lerner and J. Guyer (eds) *Fertility and the Male Life-Cycle in the Era of Fertility Decline*, (Oxford University Press, Oxford, 2000)

## **Identidades híbridas, diferentes futuros**

A compreensão do poder como não sendo meramente uma dominação – mas, também como produtor de sujeitos e identidades, por meio de várias micro-tecnologias e relações – explica, em grande parte, o foco na hibridez dentro do pós-colonialismo<sup>52</sup>. Enquanto os críticos argumentam que a noção de hibridez reflete apenas a condição privilegiada da dispersa elite intelectual do Terceiro Mundo – dos Spivaks, dos Bhabhas e Appiahs desse mundo – os escritores pós-colonialistas asseguram que a condição híbrida se aplica a todos dentro das sociedades pós-coloniais – e para todos aqueles povos que têm a história de sua cultura formada por “empréstimos” de outras culturas<sup>53</sup>.

Como Young aponta, a hibridez fora pela primeira vez colocada no coração dos estudos pós-coloniais pela análise de Ashis Nandy em “O Inimigo Íntimo: Perda e Recuperação de si mesmo sob o Colonialismo”<sup>54</sup>. O ponto inicial de Nandy é a – controversa – proposição que “o colonialismo é, antes de tudo, uma questão de consciência e necessidade a ser combatida na mente dos homens”<sup>55</sup>.

O foco, em outras palavras, é no aspecto psicológico, e não somente nos vieses políticos e econômicos do colonialismo. A noção de hibridez marca tanto a continuidade do colonialismo quanto a sua falha em dominar completamente os colonizados. Em termos de continuidade, identidades e subjetividades foram completamente reformadas experiência colonial e, de acordo com o colonialismo, encontram expressão continuada por meio de uma multiplicidade de práticas, filosofias e culturas que foram comunicadas aos colonizados e adotadas por eles de forma mais ou menos híbrida. Portanto, a hibridez chama a atenção para a maneira com que os colonizadores e os colonizados se copiam na relação de um com o outro. Em nenhum outro lugar essas suas identidades – mutuamente constituídas – são melhor ilustrada do que na memorável frase de Franz Fanon, que dizia que “o negro não é (...) nada

---

<sup>52</sup> Veja, por exemplo: Bhabha *The Location of Culture*; Said, *Culture and Imperialism*.

<sup>53</sup> Said, *Culture and Imperialism*. On a similar note, Chinua Achebe reflecting on his childhood and the competing influences of Christianity and African traditional beliefs, writes that we ‘lived at the crossroads of cultures. We still do today’. C. Achebe *Hopes and Impediments: Selected Essays 1965-1987*, (Heinemann, London, 1988), p.22.

<sup>54</sup> Young, *Postcolonialism*. A. Nandy *The Intimate Enemy. Loss and Recovery of Self Under Colonialism*, (Oxford University Press, Delhi, 1983)

<sup>55</sup> Nandy, *The Intimate Enemy*, p.63

mais do que o homem branco”<sup>56</sup>. A auto-percepção do homem branco como moral, racional e civilizado requereu uma imagem do negro bárbaro e não-civilizado, e a noção de hibridez, nesse caso ajuda a quebrar a oposição essencial entre colonizado e colonizador, entre o preto e o branco, entre o “eu” o e “outro”<sup>57</sup>.

Dessa perspectiva, não existem raças puras ou limpas, não existe uma oposição essencial entre colonizado e colonizador<sup>58</sup>, e isto, em retorno, tem importantes implicações em como o pós-colonialismo prevê dinâmicas políticas contemporâneas, assim como possíveis futuras trajetórias. Considerando que, para muitos nacionalistas, a hibridez é vivenciada como uma perda das tradições culturais e das identidades – e da qual é possível se arrepender a posteriori –; e isso geralmente leva a tentativas de recuperar as práticas culturais e símbolos ancestrais. Para os escritores pós-colonialismo, a hibridez não é naturalmente ruim, assim como também não significa a total dominação do colonizado. Ao invés disso, a hibridez a falha do poder colonial em dominar os seus sujeitos colonizados e mostrar a criatividade e resiliência deles. Aonde o Orientalismo de Sais parece exagerar a capacidade do Ocidente para produzir o Oriente, o tratamento de Homi Bhabha com relação à hibridez, mostra que os colonizados não são vítimas passivas cujas identidades foram narradas em uma espécie de “via de mão única” pelas autoridades coloniais<sup>59</sup>. A ambivalência de culturas e práticas híbridas, a maneira pela qual elas são “quase a mesma, mas não iguais”, é para Bhabha um sinal do trabalho dos colonizados e da habilidade deles de resistir à dominação.

Uma pista para entender a interpretação de Bhabha a respeito da hibridez como um potencial lugar de resistência e subversão pode ser encontrada na forma como ela quebra a simetria da distinção eu-outro. De acordo com Bhabha, o exercício da autoridade colonial requer a produção de diferenciação – entre homens brancos e negros, por exemplo. A hibridez, no entanto, irrompe com essa diferenciação, aquilo que fora rejeitado pelo poder colonial é repetido de forma diferente. A hibridez, então, exclui o reconhecimento – isto é, as diferenças que existiam para justificar o poder colonial – ele não é mais visível. A maestria é constantemente afirmada, mas, sempre incompleta. Herein localiza o perigo da hibridez e do

---

<sup>56</sup> F. Fanon *Black Skin, White Masks* (Pluto Press, London, 1986, p.231).

<sup>57</sup> Bhabha, *The Location of Culture*, p.116

<sup>58</sup> Bhabha, *The Location of Culture*.

<sup>59</sup> Veja, particularmente, o texto; “Difference, Discrimination and the Discourse of Colonialism”, 1983 and *Location of Culture*...

mimetismo, acaba com a ambivalência no coração do discurso colonial e tem a potência para acabar com a autoridade dele. As identidades híbridas podem passar de “identidades do meio” para novas formas, ao ponto de permiti-las desenquadrar e subverter a autoridade colonial. Mais recentemente, a noção de hibridez tem sido ligada a uma adaptação criativa, interpretação e transformação das práticas e símbolos culturais do Ocidente, e mostra que povos que foram previamente colonizados não são simplesmente vítimas passivas na luta contra a toda-poderosa cultura Ocidental<sup>60</sup>.

Também esclarece a importância do pós-colonial dentro de países industrializados, especialmente em termos das políticas das diásporas. No caso dos afrodescendentes ingleses, por exemplo, Paul Gilroy mostrou como a cultura negra tem sido ativamente feita e refeita, e como a cultura e a política dos afrodescendentes americanos e caribenhos tem se tornado matéria-prima para processos criativos, o que redefine o que significa ser negro, adaptando este conceito a diferentes experiências e significados Ingleses<sup>61</sup>.

Em termos de escolhas políticas, a moção de hibridez serve para refutar posições políticas e culturais que advogam um retorno às “origens” e “tradições”. Este ponto de vista reforça a crítica incisiva de Said à negritude, a qual é por ele relacionada a não somente o reforço das hierarquias imperialistas entre colonizados e colonizadores, mas também à proposta de uma identidade essencial de “africanos” – que não somente é impossível politicamente e potencialmente perigosa e prejudicial. Said sugere que existe muito mais a ser ganho em não se deixar ficar preso nessas armadilhas emocionais de celebração da própria identidade, e, nesse sentido, o foco do pós-colonialismo na hibridez é dar um alerta tanto para colonizados quanto para colonizadores, concernente ao perigo das posições nativistas tais como a negritude e também sobre os perigos do essencialismo. O pós-colonialismo busca se mover para além das identidades estáticas, chamando a atenção para o caráter fluido e sujeito

---

<sup>60</sup> Veja, por exemplo: B. Ascroft *Post-Colonial Transformations*, (Routledge, London, 2001); J. Clifford *Routes: Travel and Translation in the Later Twentieth Century*, (Harvard University Press, Cambridge, Mass. 1997); R. Robertson ‘Glocalization. Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity’, in M. Featherstone, S. Lash and R. Robertson (eds) *Global Modernities*, (Sage, London, 1995).

<sup>61</sup> P. Gilroy *There Ain't No Black in the Union Jack: The Cultural Politics of Race and Nation* (Unwin, London, 1987), P. Gilroy *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, (Verso, London, 1995); E. Akyeampong ‘Africans in the Diaspora: The Diaspora and Africa’, *African Affairs* 99,395 (2000), pp.183-215. See also the essays collected in the *Review of African Political Economy*, 92 (2002).

à construção, e oferece a “possibilidade de descobrir um mundo não construído a partir de guerra de essências”<sup>62</sup>.

Reconhecer o caráter híbrido das sociedades pós-coloniais não significa, entretanto, que nacional ou localmente as identidades não são importantes. A hibridez não é, como assegura Williams, “a total negação da origem, sujeito, raça, classe e, de fato, a nação”<sup>63</sup>, mas, reconhece que as identidades locais não são exaustivas e apela para identidades estáticas e estáveis – até mesmo local e nacional – que podem conter os seus próprios perigos. “Será que a ideia de culturas puras – que são tão urgentemente necessárias para nos manter livre de contaminação alienígena – não nos leva, inexoravelmente, na direção de um apartheid, de uma limpeza de raça, de uma câmara de gás?”, pergunta Salman Rushdie<sup>64</sup>. A questão tem uma alarmante relevância para a África, onde é precisamente em nome de tal unificação das identidades que o projeto político pós-independência de maior violência no continente foi pensado e legitimado; os genocídios em Rwanda e Burundi deram o mais brutal lembrete da facilidade de como o apelo à identidade pode degenerar e resultar em animosidade e assassinato<sup>65</sup>. Por meio da ênfase na hibridez, o pós-colonialismo busca defender uma visão mais pluralista e geral do mundo, onde as possibilidades para as identidades opressivas podem ser minimizadas. Assim sendo, fala diretamente com a situação política contemporânea em muitos países africanos.

### **As possibilidades de resistência na pós-colônia**

Nas perspectivas pós-coloniais, a hibridez está intimamente conectada com a resistência, e isso significa a criatividade e a adaptabilidade dos subalternos frente ao poder, e demonstra que o encontro colonial – assim como as relações contemporâneas norte-sul – não pode ser compreendido em termos de uma relação de mão única de dominação e poder. Uma preocupação com a resistência é a característica que define a literatura pós-colonial. É

---

<sup>62</sup> Said, *Culture and Imperialism*, p.277

<sup>63</sup> Williams, ‘The Postcolonial Flaneur’, p. 827

<sup>64</sup> Citado por: B. Ashcroft *Post-colonial Transformation*, p.25

<sup>65</sup> Veja, por exemplo: R. Lemarchand *Burundi. Ethnic Conflict and Genocide*, (Cambridge University Press, Cambridge, 1994); G. Prunier *The Rwanda Crisis 1959-1994. History of a Genocide*, (Hurst, London, 1995).

comprometida com os marginalizados – ou subalternos –, e é frequentemente invocada para diferenciar o pós-colonialismo do pós-modernismo<sup>66</sup>, e o alvo fixo de muitos escritores pós-colonialistas é dar voz e tornar visíveis àqueles que não são normalmente ouvidos ou vistos. Nas palavras de Prakash, o pós-colonialismo busca “desfazer Eurocentrismo produzido pela instituição da trajetória ocidental, a sua apropriação dos outros como História”<sup>67</sup>. Semelhante a Escola Subalterna de Historiografia Indiana, essas perspectivas buscam recuperar as posições de sujeitos dos marginalizados e contar novamente para eles a história a partir de pontos de vista não-hegemônicos. Assim como a análise de Spivak – no artigo “Podem os subalternos falar?” – mostra, isso não é tanto o caso de falar em nome dos marginalizados, mas, ao invés disso, uma tentativa de marcar o espaço dos silenciados numa história imperialista convencional<sup>68</sup>. Essa “resposta” ao Império é, em si mesmo, uma forma de resistência, como uma forma de desestabilizar as narrativas hegemônicas através das quais o Ocidente tem construído o outro<sup>69</sup>. Deste modo, o pós-colonialismo tem tentado reconfigurar o espaço conceitual no qual nós entendemos o mundo e agimos nele e, assim, criar um espaço para formar alternativas de ser e agir.

A compreensão pós-colonialista de poder como produtivo e universal tem claras implicações para as investigações de resistência. Nós já vimos como Bhabha localiza a ambivalência e a resistência na hibridez, logo, mostra como a resistência opera dentro de uma estrutura de poder e como não esta sempre e/ou necessariamente em uma relação direta de oposição e polaridade – colonizador/colonizado; branco/negro –. Opostamente, a resistência é muito mais sutil, e, como parte da recuperação da posição de sujeito dos subalternos, investigações pós-coloniais têm focado nas “histórias que vêm de baixo” e nas formas diárias de manifestação da resistência; em vez de revoluções, combates armados ou numa larga escala de oposição política. As explorações que James Scott faz das formas diárias de manifestação da resistência, por exemplo, demonstra belamente como os subalternos – apesar da opressão – frequentemente evitam e provocam o poder por meio de “cópias escondidas” e

---

<sup>66</sup> Appaia, 'Is the "Post-" in Postcolonialism?'; Paolini, Navigating Modernity.

<sup>67</sup> G. Prakash 'Postcolonial Criticism and Indian Historiography', Social Text 31/32, (1992), p.8

<sup>68</sup> Spivak, 'Can the Subaltern Speak?'

<sup>69</sup> Said, Culture and Imperialism.

formas veladas de resistência prática<sup>70</sup> Ao chamar a atenção para essa resistência, Scott revela o trabalho e a subjetividade dos subalternos mesmo em condições de extrema dominação.

Dada a descrença absoluta do pós-colonialismo nas meta-narrativas e nas verdades universais, tais micro-batalhas de nível local têm uma particular importância, já que elas talvez suscitem novas formas alternativas de organizar a vida.

Uma semelhante questão crucial é também levantada concernente ao que pode ser trazido em níveis de mudanças sociais e políticas devido a existência dessas batalhas locais. Para Scott, as “armas dos fracos” não são somente significativas no sentido do de que elas trazem mudanças pra a vida diária das pessoas. Essas “armas” são também fundamentais para a construção da cultura de resistência que, talvez, finalmente se torne apta, em certos momentos históricos, de agir como catalisadora de movimentos de liberação opositores mais abertos e maiores. “Quando a primeira declaração de cópias escondidas obter sucesso” escreve ele, “a ativação que ela faz da capacidade como ato simbólico é potencialmente maravilhosa (...) no nível de táticas e estratégias, é uma poderosa palha no vento”<sup>71</sup>

A figura que emerge da interpretação de Achille Mbembe do poder e da resistência na África pós-colonial é muito mais pessimista em relação à capacidade de tais batalhas<sup>72</sup>. Conforme aponta Mbembe, o poder na pós-colônia tem um caráter notável, grotesco e obscuro, como fora testemunhado, por exemplo, nos excessos das cerimônias de estado e desfiles oficiais, a glorificação dos seus líderes, a ostentação de suas riquezas. Pessoas simples não são enganadas por objetos passivos desse cenário obscuro de poder e riqueza, mas, normalmente zombam e o ridicularizam por meio da escrita – quando parodiam os slogans da festa –, por meio de fofoca e desenhos populares. O sarcasmo e a ridicularização, argumenta Mbembe, habilita as pessoas simples a evitar as reações que pareceriam muitos rebeldes ou opostas ao governo, enquanto ao mesmo tempo faz o estado “perder sua força” e “se tornar impotente”<sup>73</sup>. Mas, diferentemente de Scott, Mbembe parece deixar algum espaço

---

<sup>70</sup> J. Scott *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Resistance*, (Yale University Press, New Haven, 1985); J. Scott *Domination and the Art of Resistance: Hidden Transcripts*, (Yale University Press, New Haven, 1990)

<sup>71</sup> Scott, *Domination and the Arts of Resistance*, p.227.

<sup>72</sup> A. Mbembe *On the Postcolony*, (University of California Press, Berkeley, 2001), pp. 102, 16. It is perhaps worth quoting Mbembe's harsh indictment of conventional political science and development economics for having 'undermined the very possibility of understanding African economic and political facts'. 'Mired in the demands of what is immediately useful', these disciplines are concerned not with 'producing knowledge in general, but with social engineering', Mbembe argues (p.7).

<sup>73</sup> Mbembe, *On the Postcolony*, p.108, 109

para o agir efetivo em nome dos subalternos. Embora a ridicularização e o desrespeito talvez desmistifiquem o poder, “não provocam nenhuma violência aos comandos da base material – ou seja, às autoridades do Estado –, na melhor das hipóteses cria crateras de indisciplinas nas quais as próprias autoridades meterão seus pés”<sup>74</sup>.

As conclusões de Mbembe com relação às possibilidades de mudança são muito mais pessimistas do que as de Scott e Bhabha; e, assim como eles, mostra que não existe posição “pós-colonial” comum na resistência. Duas percepções gerais – consideradas chaves –, no entanto, surgem dessa análise. Primeiro, as abordagens pós-coloniais ilustram a inadequação da oposição convencional entre dominação e resistência, e mostra como a resistência como uma oposição pura para a ordem a qual se opõe, mas, em vez disso, opera dentro de uma estrutura de poder que elas mesmas tanto sustentam quanto ajudam. Em segundo lugar, as perspectivas coloniais têm chamado a atenção para os aspectos epistêmicos do poder colonial e pós-colonial, e, desta forma, o alvo da resistência tem sido problematizado. A solução não é mais simplesmente encontrada na apreensão do poder do estado ou dos meios de produção. Contrariamente, os projetos do pós-colonialismo podem ser descritos tanto como materiais quanto epistemológicos, neste sentido envolve o reconhecimento que as mudanças nas estruturas políticas e econômicas que são vistas nas disparidades e no domínio, requerem uma mudança profunda e paralela dos seus fundamentos e efeitos epistemológicos e psicológicos.

---

<sup>73</sup> Mbembe, *On the Postcolony*, p.111

## **Conclusões – ou Bhabha no escritório estrangeiro?**

As duras realidades da vida cotidiana para a maioria das pessoas no continente africano deram uma urgência aos estudos concernentes à África, um sentimento profundo e uma sincera aspiração de fazer uma bolsa de estudos relevante; e não simplesmente uma atividade das torres de marfim. Esse sentido de urgência e o desejo de contribuir com solução para a “crise africana” explica, em grande parte, as posições marginais das perspectivas pós-coloniais com estudos africanos, que são frequentemente compreendidos como muito teóricos e primariamente relacionados às sociedades ocidentais pós-modernas, em vez de países pobres africanos.

Este artigo, no entanto, discutiu a favor de um maior engajamento com a teoria pós-colonial, e eu tenho tentado demonstrar que, apesar de não existir uma única metodologia pós-colonial e nem uma única postura política; isso não quer dizer que as cobranças dos críticos em relação a uma política mais tranquila ou irrelevante sejam justificáveis. Ao contrário, eu tenho argumentado que as preocupações do pós-colonialismo com a relação entre poder e conhecimento – e entre práticas e instituições – fornece recursos conceituais e teóricos de uma pertinência particular para as políticas contemporâneas da África. Tornando explícita, por exemplo, as formas de racionalidade e de tradições que reforçam o “senso comum” e que permeiam as línguas e práticas; o pós-colonialismo não somente ajuda a expor a contingência da atual ordem política e social, como também provê compreensões essenciais relacionadas à manutenção e a reprodução das atuais estruturas e relações. E, através desta crítica, as perspectivas pós-coloniais podem ajudar a gerar possibilidades de transformação da atual ordem social e política.

Este argumento desafia aqueles que consideram a relutância do pós-colonialismo em prover uma estratégia política ou um programa de ação – como indicação de sua irrelevância política. É certamente verdade que o pós-colonialismo – como a maioria das perspectivas instruídas pós-modernistas e pós-estruturalistas – é profundamente suspeito de programas e manifestos políticos programados. Porém, isso não necessariamente representa um retrato completo e fiel das políticas. Nem é automaticamente vulnerável às acusações atuais de niilismo ou de irresponsabilidade – que são até banais –, e também representa uma tentativa

de entender as formas de combate e práticas de contestação, que não podem ser totalmente capturadas por perspectivas mais tradicionais. Foucault comenta – em relação ao seu próprio trabalho – que “meu ponto não é que tudo seja ruim, mas que tudo é perigoso – o que não é exatamente a mesma coisa de ruim. Se alguma coisa é perigosa, então, nós sempre temos alguma coisa para fazer. Assim, a minha posição não leva à apatia mas a um hiper – e pessimista – ativismo<sup>75</sup>. A abordagem pós-colonial das políticas africanas talvez tenham isso como sendo o seu credo.

Este projeto crítico tem muito a oferecer aos estudos africanos, e se o campo está genuinamente voltado para a “crise africana” precisa abraçar e incluir o projeto pós-colonial. É também verdade que datar o pós-colonialismo não tem sido particularmente a preocupação para gerar conclusões políticas relevantes para ministros estrangeiros e departamentos de desenvolvimento. Isso não quer dizer que as suas compreensões teóricas são vazias de relevância política, ou que os seus recursos conceituais e metodológicos não podem ser postos à prova para trabalharem em investigações mais empíricas. E é neste ponto que a perspectiva pós-colonial pode ser também beneficiada por meio do encontro com os estudos africanos; uma vez que, um foco mais empírico pode ajudar a dar ao pós-colonialismo uma relevância mais contemporânea através das investigações das atuais relações entre poder, discurso e instituições e práticas políticas. Por meio de tal engajamento, ambos – as perspectivas pós-coloniais e seus críticos talvez tenham muito o que aprender um com o outro.

**Recebido em: 04/07/2012. Aceito em: 09/09/2012.**

---

<sup>75</sup> M. Foucault 1997: 256.